

PLANO DE AULA: O ouro brasileiro, a tributação portuguesa no Setecentos e a reparação

Conteúdo ou fundamentação teórica

No século XVII a economia açucareira do Brasil havia de competir com a produção neerlandesa, francesa e inglesa no Caribe o que diminuía os lucros da Coroa portuguesa, visto que, os navios mercantis neerlandeses eram os principais fornecedores do açúcar europeu.

Além disso, Portugal havia firmado o Tratado de Methuen com a Inglaterra, também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, em 1703, que estabelecia uma redução nos impostos dos produtos têxteis ingleses no mercado português e dos vinhos de origem portuguesa vendidos na Inglaterra. Entretanto, o acordo provou-se desvantajoso para Portugal, já que a população mais veste do que consome vinho.

A situação de desgaste econômico portuguesa somente mudou quando expedições de bandeirantes partindo de São Paulo encontraram ouro no interior da colônia brasileira na região posteriormente denominada de Minas Gerais. Dessa forma, há uma grande onda migratória para a região aurífera, o que causou conflitos com os bandeirantes paulistas.

A fim de garantir a exploração do ouro recém descoberto, os paulistas solicitaram a exclusividade exploratória e impedimento da chegada de mais emboabas (denominação para reinóis e forasteiros de outras partes do Brasil).

Entretanto, não obtiveram suas solicitações atendidas pela coroa, o que acarretou na Guerra dos Emboabas em 1707, que acabou com a derrota dos paulistas em 1709.

Logo, a coroa percebe que a região era estratégica para o projeto colonial português e cria uma capitania própria, a de São Paulo e Minas do Ouro, estabelecendo mais controle administrativo burocrático. A localidade, além de importante economicamente, apresentou um grande crescimento populacional. Com a administração portuguesa mais presente na região, a coroa faz valer um código que regulava a exploração de minérios, que operou de 1557 a 1835, onde estabelecia que fosse cobrada uma tributação referente à produção de ouro de 20%, o chamado quinto, Ou seja, a quinta parte da produção aurífera era direito do

soberano de Portugal..

Segundo o historiador Charles Boxer, Dom João V, ao tratar da política do reino, teria dito: “Meu avô temia e devia; Meu pai devia; Eu não temo nem devo.” (BOXER, 2002, p. 162). A frase é representativa do governo de D. João V, e do poder que tinha, já que se valia da abundante oferta de ouro das colônias portuguesas, sobretudo do Brasil, especificamente a região das Minas Gerais, para executar obras de alto custo, como o Convento de Mafra, o Aqueduto das Águas Livres e a Biblioteca de Coimbra.



Imagem I - Convento de Mafra, Mafra, Portugal.



Imagem II - Aqueduto das Águas Livres, Lisboa, Portugal.



Imagem III - Biblioteca de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Já em 1710 havia um projeto para instalação da Casa de Fundição e Moeda na região das Minas, que na prática impediria a utilização do ouro em pó e aumentaria a monetização do reino. Porém, o alvará de construção da casa de fundição de Vila Rica somente foi expedido em 11 de fevereiro de 1719.

Dessa maneira, tendo em vista os antecedentes apresentados, estoura uma revolta dos moradores de Vila Rica que produzem uma carta destinada ao General D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, governador da província, com as reivindicações dos revoltosos se baseando na não instalação da Casa de Fundição, na diminuição de impostos e no armistício. Em troca a população garantiria o pagamento de 30 arrobas de ouro a coroa.

Ao analisar a carta produzida pela pelos revoltosos percebe-se que mesmo discordando da forma de cobrança do direito régio do quinto, eles continuavam leais ao rei, de forma que em diversos momentos do texto produzido, referiram-se ao rei com extremo respeito e reverência.

Durante o processo de negociação, o Conde de Assumar concorda com os pedidos. Porém, após o restabelecimento da ordem, os revoltosos são reprimidos e desmobilizados, inclusive com a morte por enforcamento e posterior esquartejamento de Filipe dos Santos, líder do movimento.

A revolta de Vila Rica é um bom exemplo do controle exercido pela coroa na região das Minas já que, com o fim da revolta e a instalação da Casa de Fundição e Moeda, houve maior controle administrativo e tributário sobre a produção aurífera.

De acordo com historiador Ângelo Carrara, a casa de fundição de Vila Rica tornou-se a principal cunhadora de moedas de todo o reino português, ao ponto de cunharem mais moedas que as casas de fundição do Rio de Janeiro e Lisboa somadas. Segundo Carrara:

“[...] enquanto a Casa da Moeda de Vila Rica cunhou uma média mensal de 215:303\$847 réis nos 33 meses decorridos entre agosto de 1724 e maio de 1727, as Casas da Moeda de Lisboa e do Rio de Janeiro, nos 48 meses de janeiro de 1724 a dezembro de 1727, cunharam uma média mensal de, respectivamente, 91:500\$000 e 81:986\$000 réis.” (CARRARA, 2010, 218)

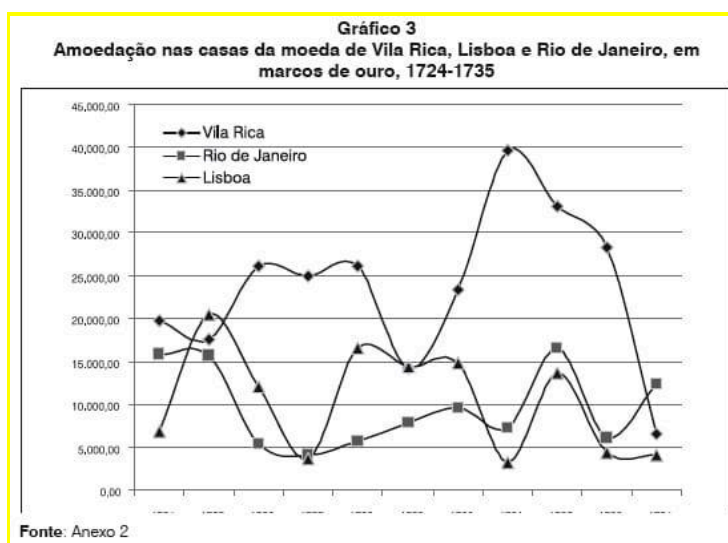


Gráfico I - Fonte: CARRARA, Ângelo Alves, VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.217-239, jan/jun 2010

Portanto, a maior parte das moedas cunhadas tinha um grande valor, o que impedia seu uso no dia a dia para trocas comerciais, indicando que o uso das moedas de maior valor era para o pagamento de dívidas do reino português. Logo, o ouro e as pedras preciosas eram extraídas da colônia brasileira, enviadas para Portugal construir melhorias em sua infraestrutura, como prédios e aquedutos, e pagar por acordos desvantajosos, que podiam se manter justamente pelo ouro colonial. Percebe-se que o setor industrial europeu foi beneficiado pelo colonialismo português, principalmente o inglês, através do Tratado de Methuen, com o qual puderam desenvolver sua indústria têxtil, fato que impacta ainda na atualidade. Haja vista a visita em novembro de 2023 da Primeira Ministra de Barbados Mia Mottley¹ ao Reino Unido, onde a representante do país caribenho citando um estudo do

¹ Reportagem de Amelia Gentleman, The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/dec/06/barbados-pm-says-country-owed-49tn-as-she-makes-fresh-call-for-reparations>. Acesso em: 17/02/2024

Brattle Group, grupo de pesquisas econômicas, afirma que o Reino Unido deve 4,9 trilhões de dólares ao seu país por práticas coloniais e escravagistas e outros 19,1 trilhões de dólares a mais 14 nações africanas; Já a Espanha deve 17,1 trilhões; A França 9,2 trilhões e os Países Baixos 4,86 trilhões, as suas respectivas ex-colônias.

O estudo não cita Portugal, porém, a antiga metrópole não possui um projeto de reparação às antigas colônias e nem ao menos devolveu os itens saqueados. Um exemplo é o Museu do Tesouro Real, em Lisboa, que conta com uma coleção denominada “Ouro e Diamantes do Brasil”², onde expõe uma pepita de ouro de mais de 20kg, oriunda de Goiás, sendo uma das maiores do tipo no mundo.

A partir disso, o educador deverá questionar o papel do Estado e da população brasileira atualmente de cobrar por indenizações pelo período colonial, apresentando dados socioeconômicos que balizam tal medida. Como a concentração de renda no país, onde os 10% mais ricos da população detém quase 60% da renda nacional, segundo estudo realizado pelo Laboratório das Desigualdades Mundiais.³

Entretanto, o docente deve atentar para o fato de que não somente Portugal foi beneficiado pelo sistema colonial instaurado no Brasil, pois muitos outros países europeus que não possuíam colônias financiavam direta e indiretamente atividades ligadas ao colonialismo, como é o caso da Suíça⁴ que defendeu a atividade escravista no Brasil. Além de diversos banqueiros suíços financiarem navios negreiros, o que possibilitou a construção de muitos prédios imponentes na hoje tida como pacífica Suíça, o que se repete em outros países europeus.

Como Mia Mottley chamou atenção, as dívidas foram feitas durante séculos e provavelmente levarão tempo para serem quitadas, mas é de suma importância cobrar por reparações por séculos de exploração e dominação colonial.

² Museu do Tesouro Real. Disponível em: <https://www.tesouroreal.pt/paginas/b9ed8b00-ouro-e-diamantes-do-brasil>. Acesso em: 17/02/2024.

³ Brasil e a desigualdade. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm>. Acesso em: 18/02/2024

⁴ Suíça defendeu escravidão no Brasil. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/01/25/suica-defendeu-escravidao-no-brasil-revela-documento.htm>. Acesso em: 18/02/2024

Referências Bibliográficas

BOXER, Charles Ralph. O império colonial português (1415-1825). Edições 70, São Paulo, 1969.

CARRARA, Ângelo Alves, VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.217-239, jan/jun 2010.

MENEZES, Luiz Sezinando. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 2, 2006.